

CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL

Cristiano Vieira Montenegro¹

Mércia Cristina G. Melo²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693

ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo que busca pensar o surgimento e os fundamentos da questão social a partir da estrutura e da consolidação da produção mercantil capitalista, sobretudo da acumulação do capital e de suas implicações sociais, políticas e econômicas. Tratar-se-á, portanto, de analisar a questão social como expressão das contradições, antagonismos e conflitos que emergem entre a classe burguesa e proletária nos marcos da produção capitalista e da reprodução ampliada do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo, acumulação, questão social.

ABSTRACT

This paper aims to present a study that aims to rethink the emergence and foundations of social issue from the structure and the consolidation of capitalist commodity production, especially of capital accumulation and its social, political and economic implications. The work will, therefore, analyze the social question as an expression of the contradictions, antagonisms and conflicts that emerge between bourgeois and proletarian class within the framework of capitalist production and reproduction of capital.

KEYWORDS

Capitalism. Accumulation. Social Issue.

1 INTRODUÇÃO

A questão social é tema dos mais recorrentes nas ciências sociais, constituindo – para além de objeto de investigação no âmbito dessas ciências – um dos campos privilegiados para a intervenção dos mais variados atores sociais (Estado, organizações, entidades, instituições, profissões etc.).

Em que pese ser reconhecida – direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente – como objeto de reflexão e intervenção de diversos e relevantes protagonistas sociais, políticos e institucionais, as concepções sobre a questão social são quase tão diversas quanto o universo ideopolítico daqueles que dela se ocupam.

Distante de abordar a questão social na diversidade de concepções que se apresentam a seu respeito, este artigo procura analisar o surgimento e os fundamentos da questão social a partir da consolidação da produção mercantil capitalista, da reprodução ampliada do capital e de suas implicações econômicas, sociais e políticas, recorrendo, no âmbito da teoria social, à perspectiva teórico-metodológica desenvolvida pela tradição marxista.

O recurso a tal concepção teórico-metodológica justifica-se tendo em vista que esta permite pensar a questão social numa perspectiva histórica e dialética, no sentido de superar a aparência dos fenômenos, buscando suas raízes, seus fundamentos e suas determinações essenciais, sua estrutura e sua dinâmica.

Inicialmente este artigo abordará as condições sócio-históricas que tornaram possível o surgimento da questão social nos marcos da produção mercantil capitalista; passará a analisar os elementos básicos constitutivos da reprodução ampliada do capital; e abordará os fundamentos e determinações essenciais da questão social a partir da acumulação capitalista e de suas implicações sociais, econômicas e políticas.

2 A PRODUÇÃO DO CAPITAL

O modo de produção capitalista (MPC) surge na Europa Ocidental a partir do século XVI em seu estágio comercial e se consolida nas últimas décadas do século XVIII atingindo um estágio industrial-concorrencial.

O contexto histórico é, de modo geral, assentado em um conjunto de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais sucedidas a partir de um nível de desenvolvimento das forças produtivas (expresso com o advento da grande indústria) sem precedentes históricos até então e de novas relações sociais de produção assentadas na emergência de novas classes sociais: a burguesia que, proprietária do capital e dos meios de produção processualmente ascendeu à condição de classe dominante tanto do ponto de vista econômico quanto político, e o proletariado como classe de trabalhadores que, a partir da separação entre os produtores diretos e os meios de produção, encontraram na venda de sua força de trabalho e na condição de assalariamento a mediação fundamental para a sua reprodução.

Baseando-se na produção generalizada e predominante de mercadorias, o capitalismo constitui, de forma inaudita na história da humanidade não *um* modo de produção mercantil, mas o modo de produção mercantil por excelência ³.

Para além de constituir um modo de produção generalizada e predominante de mercadorias ⁴, pode-se ainda sumariar como outras peculiaridades fundamentais do capitalismo o fato de que este modo de produção funda-se na exploração do trabalho assalariado (e não mais servil ou escravo como nas sociedades pré-capitalistas) e o fato de que o objetivo central da produção capitalista é o lucro, sendo este resultado da extração e realização da mais-valia.

É importante destacar que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1985, p. 105), sendo esta a forma assumida pelo trabalho excedente na produção capitalista.

3 Não obstante a produção mercantil (simples) remontar à sociedade antiga, tal produção e circulação não se constituíam como elementos essenciais da produção e reprodução sociais. Assentando-se no trabalho pessoal de artesãos e camponeses e no fato destes serem os donos dos meios de produção que utilizavam, as relações sociais de produção não se desenvolviam sob a marca da exploração. Ademais, a produção era voltada para um mercado restrito, local e a circulação dos produtos objetivava não a obtenção/acumulação de uma riqueza excedente, mas apenas a satisfação de necessidades relacionadas ao consumo de bens. Tratava-se de vender para comprar e não de comprar para vender (NETTO; BRAZ, 2006, p. 81).

4 Mercadorias são bens que possuem ao mesmo tempo valor de uso (propriedades e qualidades que satisfazem determinadas necessidades) e valor de troca (determinado quantum de trabalho que, sendo equivalente entre mercadorias com valores de uso distintos, permite a troca entre esses).

A mais-valia é a diferença “entre o valor produzido pelo operário e o valor de sua própria força de trabalho” (MANDEL, 1978, p. 33), visto tratar-se do valor produzido pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário. Se no tempo de trabalho necessário o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho e encontra no salário pago pelo capitalista sua contrapartida, no tempo de trabalho excedente o que se produz em termos de mais valor (mais-valia) é apropriado pelo capitalista sem contrapartida ao trabalhador. Dai ser possível caracterizar a relação entre capital/trabalho como fundada na exploração da força de trabalho:

a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa relação de exploração que se funda o MPC. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 101).

Portanto, o lucro é a força motriz do capitalismo de modo geral e é, para cada capitalista individualmente ⁵ o “objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96), resultando da realização da mais-valia, que por sua vez é extraída dos trabalhadores no processo de produção. Esquemáticamente, pode-se dizer que,

o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadorias (M) – máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M') que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D'). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96).

Para tornar possível a extração da mais-valia o capitalista investe parte de seu dinheiro como capital constante, ou seja, nos meios de produção (instalações, máquinas, matérias-primas, ferramentas, insumos) e outra parte como capital variável (compra/pagamento da força de trabalho). Os meios de produção constituem capital constante, porque no processo de produção os mesmos não criam novos valores, apenas têm o seu valor transferido para as mercadorias que estão sendo produzidas. O dinheiro investido pelo capitalista na compra/pagamento da força de trabalho constitui capital variável, porque é de sua utilização na produção que se torna possível à produção de mais valor (da mais-valia), o aumento, expansão do valor inicialmente investido.

5 É válido esclarecer que “a busca incessante do lucro nada tem a ver com elementos psicológicos ou de natureza moral – o capitalista não procura o lucro porque é um sujeito social egoísta, ambicioso, mau, voraz etc. [...] trata-se, no campo das atividades e relações econômicas, da *função social* que tais sujeitos desempenham” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96).

A força de trabalho constitui assim uma mercadoria especial, pois ela agrega um valor maior às mercadorias que produz. O trabalhador entrega-a ao capitalista em troca de seu salário, mas além de produzir um valor que corresponde ao recebido como salário, ele produz mais valor, apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia. Trata-se de uma mercadoria de “qualidade única [...]”: ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 100).

Conforme Netto e Braz (2006) é exatamente aí que reside o “segredo” da produção capitalista. O capitalista compra e paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho (salário), mas se apropria de todo mais valor por ele criando.

A extração da mais-valia pode se dar de forma absoluta – com os capitalistas ampliando a jornada de trabalho sem aumento salarial, ou ainda mantendo-se a jornada, mas intensificando o ritmo da utilização da força de trabalho, e/ou relativa – com os capitalistas, podendo reduzir, na jornada de trabalho, o tempo relativo ao trabalho necessário, ou seja, o tempo gasto pelo trabalhador na produção do valor de troca de sua força de trabalho (o que é possível em face do desenvolvimento das forças produtivas com a redução do valor dos elementos que precisam ser consumidos pelos trabalhadores para a reprodução de sua força de trabalho). É necessário observar que não se trata de dois tipos de mais-valia, mas de formas diferentes (que podem inclusive coexistir) de extração de mais valor e de exploração da força de trabalho.

3 A (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL

Viram-se no item anterior os elementos essenciais inerentes às relações sociais de produção do capital. Ocorre que a produção capitalista, assim como toda forma e processo histórico de produção é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

Toda sociedade precisa produzir os bens necessários a sua existência. Como “uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir” (MARX, 1985, p. 153), é preciso que o processo de produção seja contínuo, ou seja, que constitua, também, um processo de reprodução. Mas, mais que isto, “nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção” (MARX, 1985, p. 153). Como a contínua produção implica numa necessária reprodução, “se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução” (MARX, 1985, p. 153).

Nessa perspectiva, ao se considerar o processo de produção capitalista como sendo ao mesmo tempo um processo de reprodução, considera-se necessariamente não só a produção, mas também a reprodução das mercadorias, da mais-valia e da

própria relação capital: de um lado o capitalista, do outro lado o trabalhador assalariado (MARX, 1985), com tudo que se encontra implicado nesta relação em termos de exploração da força de trabalho.

A reprodução do capital possui particularidades. No modo de produção capitalista, a reprodução ampliada do capital, constitui a forma típica de reprodução. Na reprodução ampliada do capital uma parte significativa da mais-valia extraída dos trabalhadores precisa ser reinvestida na produção, ou seja, capitalizada, reconvertida em capital mediante reinvestimentos em meios de produção e força de trabalho. Nesse sentido, a reprodução ampliada é o consumo produtivo da mais-valia. Por sua vez, a “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (MARX, 1985, p. 163).

A acumulação do capital é vital para o modo de produção capitalista: não existe capitalismo sem acumulação de capital, visto ser a acumulação do capital a forma característica da reprodução material no capitalismo. Se a produção do capital é produção de mais-valia mediante exploração da força de trabalho, a reprodução ampliada do capital tratará de ampliar a extração de mais-valia e conseqüentemente a exploração sobre o trabalho.

A necessidade dos capitalistas em reproduzir ampliadamente o seu capital, ampliando e incrementando a extração de mais-valia e a exploração da força de trabalho fica ainda mais evidente quando se considera a concorrência e a competição que os capitalistas travam entre si. Aqueles mais eficientes e eficazes na reprodução ampliada/acumulação de seu capital conquistarão o mercado, reduzirão custos de produção, diminuirão o tempo de rotação ⁶ de seu capital, realizarão em melhores condições a mais-valia que extraíram de seus trabalhadores, terão mais lucro, acumularão mais capital etc.

Por isso que a reprodução ampliada do capital conduz à concentração (aumento do capital em função do aumento de volume da acumulação) e à centralização do capital (aumento de capital em função da aquisição de um capital por outro e/ou fusões entre capitais), bem como à constituição de monopólios (pequena quantidade de grandes empresas que controlam os mercados).

Com o avanço da acumulação e nos marcos da concorrência e competição entre os capitalistas o aumento de produtividade do trabalho social torna-se um de seus produtos e ao mesmo tempo sua alavanca mais poderosa, operando-se uma elevação na composição orgânica do capital: o desenvolvimento das forças produtivas com o incremento na produção de novas tecnologias torna possível elevar a produtividade do trabalho (produzir mais em menos tempo) e reduzir proporcionalmente o

6 O tempo de rotação do capital compreende o espaço temporal entre o investimento que o capitalista faz para iniciar o processo de produção e o retorno que tem desse investimento ao vender as mercadorias realizando a mais-valia e adquirindo o lucro.

capital (variável) investido no emprego da força viva de trabalho em relação ao capital (constante) investido no emprego de meios de produção (IAMAMOTO, 2007).

Não por acaso a acumulação de o capital ser tão sensível ao desenvolvimento tecnológico e este tão associado ao desenvolvimento das forças produtivas, ao aumento da produtividade do trabalho, a tendência de aumento da composição orgânica do capital e ao incremento na extração de mais-valia.

A acumulação do capital, com essas características e tendências repercute negativamente sobre o trabalho, não só a partir do incremento da extração de mais-valia, mas, de modo geral, na crescente degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Duas das principais consequências da acumulação do capital para a classe trabalhadora são a constituição de uma “superpopulação relativa ou exército industrial de reserva” (MARX, 1985, p. 198) e a pauperização (absoluta e/ou relativa) dos trabalhadores.

No que se refere à constituição de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o que se percebe é que a acumulação do capital com as características e tendências que possui conduz necessariamente ao surgimento de um contingente de trabalhadores que, relativamente supérfluos à produção capitalista, conformam uma reserva de mão-de-obra desempregada. O desemprego é, portanto, produto e expressão da própria lógica e tendência de reprodução ampliada do capital visto que,

[...] quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas da força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. (MARX, 1985, p. 209).

Nesta perspectiva teórico-metodológica o fenômeno do desemprego deixa de ser apreendido em sua aparente e fenomênica forma de expressão, onde pode aparecer como sendo fruto do desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas *em si* e/ou da desqualificação da força de trabalho, e passa a ser analisado a partir de seus fundamentos, ou seja, como uma determinação ineliminável da reprodução do capital.

É ainda necessário destacar que a existência dessa reserva de trabalhadores desempregado só é supérflua à acumulação de um ponto de vista relativo, visto que tem como funções possibilitar aos capitalistas pressionar no sentido do rebaixamento dos salários, incrementar ainda mais a exploração daqueles trabalhadores empregados e

disponibilizar ao capital uma reserva de força de trabalho que poderá ser por ele utilizada onde, quando e como desejar.

No lastro da existência de um exército industrial de reserva constituem-se processos de pauperização das massas trabalhadoras. Trata-se, a partir da reprodução ampliada do capital, de um pauperismo de novo tipo, que possui uma estrutura e uma dinâmica completamente distinta do pauperismo pré-capitalista. Enquanto este tinha por fundamento o baixo desenvolvimento das forças produtivas e a escassez de valores de uso, o pauperismo da sociedade capitalista tem por fundamento as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, a crescente e socializada produção de riqueza e a apropriação privada desta, nos marcos de um modo de produção que se caracteriza não pela escassez, mas pela crescente produção de riqueza. Portanto,

o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1985, p. 209).

A constituição do exército industrial de reserva e a pauperização das massas trabalhadoras como a outra face de uma mesma moeda, ou seja, da produção e desenvolvimento da riqueza nos marcos da reprodução ampliada/acumulação do capital, expressa o que Marx (1985, p. 209) designara por “lei absoluta geral da acumulação capitalista”.

Essa lei geral da acumulação capitalista, que produz acumulação da miséria e acumulação da riqueza como faces distintas de uma mesma moeda (reprodução ampliada do capital), encontra-se na “raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, p. 159). É dela que deriva e que é determinada, fundamentalmente, a questão social (NETTO; BRAZ, 2006).

4 A QUESTÃO SOCIAL

O termo questão social surge na Europa Ocidental a partir da terceira década do século XIX, pautando o debate entre intelectuais, filantropos, militantes políticos, sobre o fenômeno do pauperismo absoluto ao qual estavam submetidas as massas trabalhadoras, num contexto histórico marcado pela consolidação do capitalismo em face dos processos de industrialização e urbanização que vinham se sucedendo desde o século XVIII (NETTO; BRAZ, 2006, p. 139; NETTO, 2011, p. 153).

O pauperismo de então chamara a atenção não apenas por sua expressão quantitativa, mas também tendo em vista a qualidade dessa pobreza. Se a pobreza já era conhecida da humanidade desde formações sociais pré-capitalistas, decorrentes

da escassez e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a partir da consolidação do capitalismo “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p. 153), ela aparecia como uma nova pobreza porque de forma inaudita na história da humanidade ela “se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2011, p. 154).

Dessa forma, a questão social “não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana” (NETTO, 2011, p. 158), como pensam as abordagens conservadoras da questão social que naturalização, deshistoricizam, moralizam e individualizam tal fenômeno.

A questão social “tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 159). São a consolidação do capitalismo e a lei geral da acumulação do capital que põe sócio-historicamente as condições para a emergência e o desenvolvimento da questão social; é na reprodução do capital que se encontra a raiz da questão social, sendo esta insuperável sem a superação daquela. Não por acaso,

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’*; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157).

Vale destacar que pensar a questão social como tendo sua estrutura e dinâmica constituída a partir da exploração do trabalho, da reprodução ampliada do capital e da lei geral de sua acumulação, não implica desconsiderar seu caráter histórico dentro dos marcos da sociedade capitalista: se a questão social tem – e terá enquanto o capitalismo existir – seus fundamentos e determinações essenciais na acumulação do capital, as novas configurações que a acumulação do capital assume em seu desenvolvimento histórico, proporcionam tanto novas configurações para as suas tradicionais ⁷ formas de manifestação quanto inéditas formas de manifestação.

Tampouco significa negligenciar o peso que as particularidades das diversas formações nacionais capitalistas jogam no sentido de conferir a questão social em cada formação nacional também suas particularidades (PASTORINI, 2007).

⁷ Recorde-se do desemprego. Essa manifestação clássica da questão social não só persiste no capitalismo contemporâneo, mas vem assumindo a partir dos anos de 1970, nos marcos da “acumulação flexível” (Harvey, 2000), novas configurações, quais sejam: um caráter crônico, massivo e tendencialmente irreversível

Se a exploração do trabalho pelo capital, a reprodução ampliada do capital e a lei geral da acumulação constituem determinações elementares da questão social, disto não se deve inferir que ela possua uma única determinação. A exploração remete à determinação fundamental da questão social, mas “na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” (NETTO, 2011, p. 157).

Além das determinações de ordem econômica, aquelas de ordem ideopolítica pesaram decisivamente para que as implicações da relação capital/trabalho, da reprodução ampliada do capital e da lei geral da acumulação – implicações que de modo geral expressavam-se na degradação das condições de vida e de trabalho do operariado – culminassem na organização, protagonismo e luta de classe do proletariado.

A luta de classe protagonizada pelo proletariado – que a época se expressou em movimentos como o *luddismo*, o *cartismo*, a constituição das *trade unions* e nos eventos revolucionários de 1848 – ao pôr em questão a ordem burguesa, foi determinante no sentido de converter os efeitos da reprodução ampliada do capital em uma questão social.

Se até então as consequências e implicações da reprodução ampliada do capital para os trabalhadores era encarada como algo a ser administrado no âmbito da relação entre patrões e empregados, o protagonismo político de classe do operariado, ao ameaçar a ordem burguesa, transforma tais implicações em uma questão social, objeto da atenção, preocupação e intervenção não só da burguesia, mas do Estado e da sociedade. Assim,

[...] a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

Nessa linha de raciocínio a questão social expressa “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Em que pese à questão social se manifestar concretamente mediatizada por relações geracionais, de gênero, de raça etc. em situações de pobreza, desemprego, violência, ela possui uma dimensão estrutural e as suas múltiplas e diferenciadas formas de manifestação devem ser apreendidas, numa perspectiva de totalidade, como expressões diversas, mas umbilicalmente articuladas, tendo na exploração do trabalho o elemento que lhe assegura a unidade.

Dessa forma, as múltiplas e diversas formas de manifestação da questão social são apreendidas no sentido de sua unidade e não de sua autonomização e fragmentação em diversas questões sociais.

A questão social é *una*, pois suas diversas e múltiplas formas de manifestação (desemprego, pobreza, violência etc.) são expressão da contradição e do antagonismo entre capital e trabalho, bem como dos seus desdobramentos ideopolíticos.

5 CONCLUSÃO

A abordagem da questão social na perspectiva teórico-metodológica aqui desenvolvida, ou seja, sua problematização a partir das condições sócio-históricas que tornaram possível sua emergência, bem como a partir de seus fundamentos e determinações essenciais, tornou possível sua apreensão para além de sua manifestação aparente, epidérmica e fenomênica.

Se as abordagens da questão social que não ultrapassam sua aparente e epidérmica manifestação geralmente a concebe na perspectiva de sua deshistoricização, naturalização, individualização e moralização, pode-se a partir deste artigo apreender a questão social como expressão das contradições do capitalismo, do antagonismo entre capital e trabalho, e do protagonismo político que os trabalhadores passam a desempenhar em face das implicações sociais e econômicas produzidas pela estrutura e pela dinâmica do modo de produção capitalista.

A questão social, não é, portanto, nem de um fenômeno natural, nem acidental, nem tão pouco de ordem individual. Trata-se sim de um dos elementos constitutivos e inelimináveis da reprodução ampliada do capital, apenas possível de ser superada mediante a superação do próprio capitalismo.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANDEL, E. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PASTORINI, A. (2007). **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

Data do recebimento: 1 de Setembro de 2014

Data da avaliação: 4 de Setembro de 2014

Data de aceite: 4 de Setembro de 2014

1 Bacharel e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do Curso de Serviço Social e de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Centro Universitário Tiradentes – Unit e orientador da Projeto de Pesquisa “Questão social: uma problematização crítica a partir de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos”.

2 Graduanda do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – Unit e pesquisadora no Projeto de Pesquisa “Questão social: uma problematização crítica a partir de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos” do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Faculdade Integrada Tiradentes (PROBIC/Fits).